

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 11: Informação e Saúde

Comunicação Oral

**ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: OS REPOSITÓRIOS
INSTITUCIONAIS PORTUGUESES DA ÁREA DA SAÚDE E ALGUMAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O BRASIL**

Patricia Corrêa Henning – UNIRIO
Maria Cristina Soares Guimarães – FIOCRUZ

Resumo

A presente comunicação trata de uma pesquisa realizada em Portugal, no decorrer de 2012, que teve entre seus objetivos identificar, a partir dos repositórios institucionais (RIs) da área da saúde portugueses, elementos que pudessem servir de referência para a conformação e sustentabilidade de RIs no Brasil. A experiência portuguesa foi assumida como uma referência devido ao seu reconhecido sucesso no Brasil e em todo o mundo. A pesquisa empírica teve um caráter exploratório e foi realizada por meio da aplicação de questionário com perguntas semiestruturadas aos gestores de RIs portugueses da área da saúde. Os resultados alcançados nos permitiram identificar como ação positiva: o papel expressivo dos profissionais da área da biblioteconomia; a existência de uma sólida infraestrutura tecnológica; o relevante papel do Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI); as políticas mandatórias e regulatórias dando a sustentação legal e gerencial; e a significativa parceria com as políticas *Open Access Infrastructure Research for Europe* (OpenAire) das agências de fomento europeias. Ficou evidente constatar que a experiência portuguesa traz contribuições relevantes para os gestores e dirigentes das instituições que apoiam o acesso livre no Brasil.

Palavras-chave: Acesso Livre. Repositório Institucional. Comunicação Científica. Informação Em Saúde.

Abstract

This communication is based in a survey conducted in Portugal, during 2012, which had among its objectives identify, from the institutional repositories (IRs) in the field of health sciences in Portuguese, elements that could serve as a reference for the construction and sustainability of the Brazilians IRs. The Portuguese experience was considered as a reference due its success in Brazil and recognized worldwide. An empirical research had exploratory character and was conducted through a questionnaire with semi-structured questions to managers of IRs Portuguese of healthcare areas. The results obtained allowed us to highlight the significant role of library professionals involved in this process, the existence of a solid technology infrastructure, the important role of the Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI), mandatory and regulatory policies giving legal and managerial support, and significant partnership with the European funding agencies, allied to the policies of the Open Access to Research Infrastructure for Europe (OpenAIRE). It is evident, therefore, that the Portuguese experience brings outstanding and relevant contributions to the managers and leaders of institutions that support open access in Brazil.

Keywords: open access. institutional repository. scholarly communication. health scientific information.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que a ciência vem sofrendo transformações que se manifestaram com mais alento a partir do final do século XX e, desde então, não pararam de crescer, mobilizando as comunidades científicas em todo o mundo.

Dentre essas mudanças podemos destacar que o cenário atual da comunicação científica tem se mostrado totalmente inserido no mundo das redes e no uso da Internet. Muitos periódicos, mesmo os que ainda produzem versões em papel, também apresentam a sua versão eletrônica. Esse novo quadro, no qual a comunicação científica está inserida, vem aumentando o fluxo da informação e a demanda pelo acesso. Perante esses fatos, é possível entender que estamos diante de uma transição de paradigma em que aspectos legais, tecnológicos e socioeconômicos da comunicação científica estão em plena renegociação. (PINTO, 2006)

Nesse sentido, autores, editores e usuários estão tendo que se readequar às mudanças tecnológicas, às possíveis transformações legais, às novas posturas diante da geração e disseminação de novos conhecimentos para atender às demandas do mundo contemporâneo.

Partindo dessa premissa, o acesso livre à informação científica entra nesse novo cenário de comunicação da ciência como um forte elemento de mudança, trazendo consigo um novo entendimento da disseminação do conhecimento de uma forma livre, mais justa e igualitária, para toda a sociedade.

Acessar a produção do conhecimento científico livremente e entender que essa possibilidade é, acima de tudo, uma atitude ética e equitativa é quebrar paradigmas há séculos formalmente estabelecidos. Levar em conta que a informação científica deva ser entendida como um bem público e social, gerando, portanto, o direito de todo cidadão acessá-la de forma livre e gratuita, não é uma tarefa fácil, mas não difícil de ser considerada e aceita.

Os repositórios institucionais de acesso livre à informação científica, recursos tecnológicos que reúnem e disponibilizam livremente a produção científica de uma instituição, surgem para atender a tais questões, fruto de um movimento denominado *Open Access Movement* (OAM), que busca atender a antigas demandas de acesso rápido e gratuito ao conhecimento científico, principalmente aqueles financiados por instituições públicas.

Gradativamente este vem sendo um caminho sem volta que aponta para um grau de inflexão que não possibilita a dinâmica da geração do conhecimento na mesma configuração anterior.

O Brasil apresenta estratégias de estímulo à adoção de princípios desse movimento, haja vista as diversas iniciativas e ações, desde o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso

Livre à Informação Científica”¹, lançado em setembro de 2005, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Entretanto, diferentemente de alguns outros países, o Brasil convive com uma série de dificuldades que dificultam a consolidação do acesso livre definitivamente. Dos poucos repositórios brasileiros existentes, raros são aqueles que possuem algum tipo de estratégia e ação destinadas à sua sobrevivência.

No universo da saúde pública, campo que norteou esta pesquisa, a ‘informação em saúde’ é entendida como fundamental para garantir o bem-estar das pessoas e a melhoria das condições de vida da população. Partimos desse entendimento para ajuizar que a pesquisa científica em saúde financiada com recursos públicos e desenvolvida por pesquisadores de instituições públicas deve ser de acesso público e gratuito e um direito de todos os cidadãos.

Para isso, fomos buscar, na experiência portuguesa de repositórios institucionais da área da saúde, elementos que pudessem servir de referência para a conformação e sustentabilidade de RIs no Brasil.

O que nos levou a optar pelo modelo português de criação e implantação de repositórios institucionais foi, inicialmente, o fato de constatar na literatura da área o reconhecimento da sua autoridade sobre o tema. Assim, a oportunidade de poder realizar uma pesquisa *in loco* nos possibilitou uma maior aproximação com a realidade dos repositórios institucionais RIs portugueses.

Por essa razão, nos foi possível levantar a trajetória de implantação dos RIs portugueses, com recorte da área na saúde, levando-se em consideração alguns argumentos, como os que Rosa e Gomes (2010, p.102) afirmam, “a experiência e autoridade portuguesas no tema “Acesso Livre à Informação Científica” se têm constituído um referencial ao desenvolvimento de outros repositórios”, além de dispor, em Portugal, a existência de 17 repositórios institucionais na área da saúde, seis deles vinculados a hospitais e 11 a universidades que possuem cursos de graduação e/ou pós-graduação na área da saúde, servindo de base para o recorte da pesquisa.

O entendimento de que Portugal é um país que possui conexões históricas e culturais com o Brasil, o que vem favorecendo as relações entre os dois países na área do acesso livre, comprovadas por meio de acordos bilaterais e a realização de eventos anuais luso-brasileiros, foi também considerado. Acrescente-se a cooperação portuguesa da Universidade do Minho

¹Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica:
<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifeto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>

com o IBICT, instituição brasileira pioneira na adesão e divulgação do acesso livre no Brasil, responsável pela distribuição do *software* DSpace² no país, promotora de eventos sobre o tema e impulsionadora das políticas de informação.

Soma-se a isso a assinatura, em 2009, de um memorando de entendimento³, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal e o do Brasil, em prol do acesso livre à informação científica entre ambos. Em resposta a essa parceria, vem sendo realizada, anualmente, a Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto. Em 2010, o evento aconteceu em Braga, Portugal, na Universidade do Minho; em 2011, no Rio de Janeiro, Brasil, no IBICT; em 2012, em Portugal, na Universidade de Lisboa. Nesta sequência, o evento foi realizado em outubro de 2013, no Brasil, em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP).

São inúmeras as iniciativas portuguesas dirigidas ao acesso livre com forte participação em projetos europeus, os quais implantam políticas em prol do acesso livre. Há também a cooperação luso-brasileira entre a Universidade do Minho e diversas instituições do Brasil.

Tudo começou com a adesão portuguesa ao Movimento do Acesso Livre à Informação Científica, em novembro 2003, momento em que Portugal ganhou maior visibilidade ao apresentar o Repositório Institucional da Universidade do Minho (UMinho), denominado RepositóriUM⁴. Este repositório é considerado, por Rosa e Gomes (2010, p.102),

[...] um marco de relevância no processo de criação de RI em língua portuguesa, uma vez que foi o primeiro repositório deste tipo em Portugal e tem se constituído em um referencial ao desenvolvimento de outros repositórios, nomeadamente em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa.

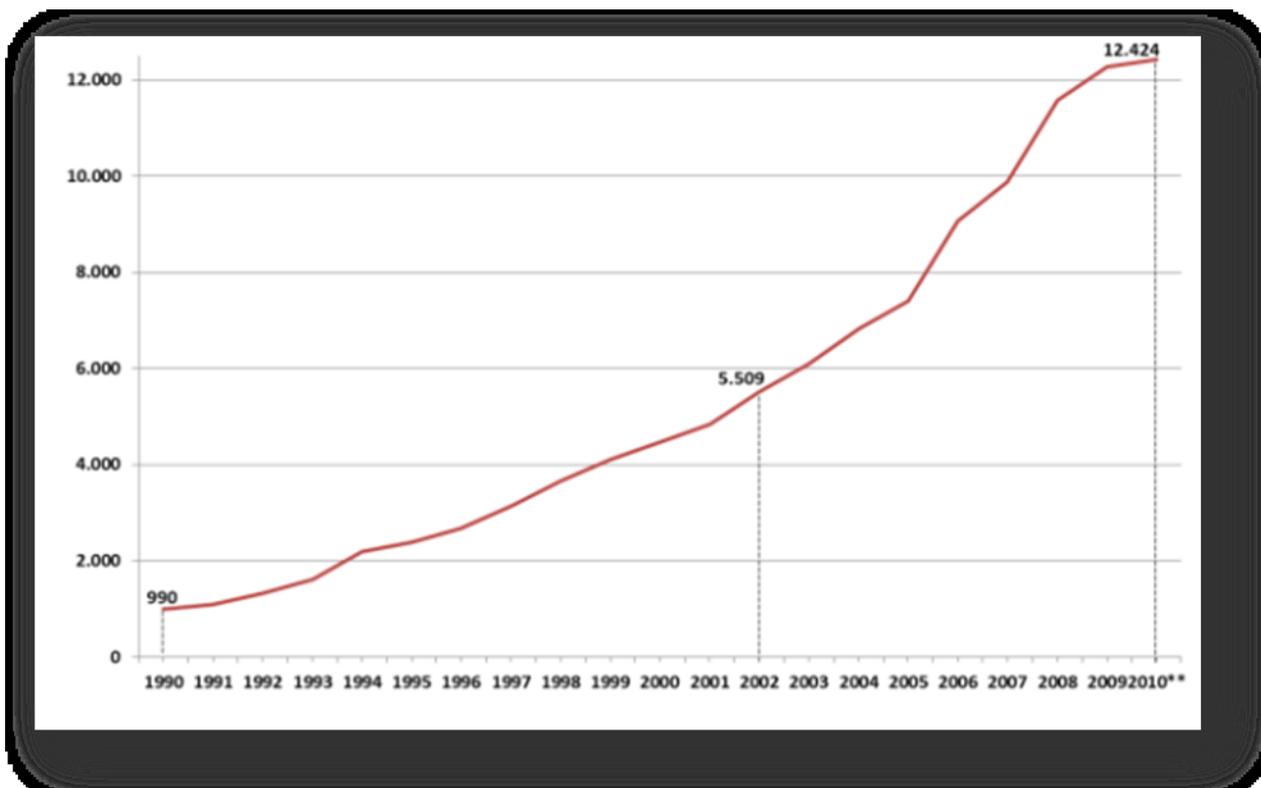
Carvalho et al. (2010) afirmam que até finais do século XX não existia em Portugal uma sólida tradição científica. As publicações estavam associadas às sociedades científicas, que mantinham um número reduzido de cursos de doutorado, de pesquisadores e de artigos avaliados por pares. A figura 1 mostra o crescimento da produção científica portuguesa no período de 1990 a 2010.

Figura 11 – Evolução do número de publicações da produção científica portuguesa entre 1990 e 2010.

²DSpace:<http://www.dspace.org>

³Memorando de entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de Portugal e o do Brasil: http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/MoU_Lingua_Portuguesa_Final.pdf

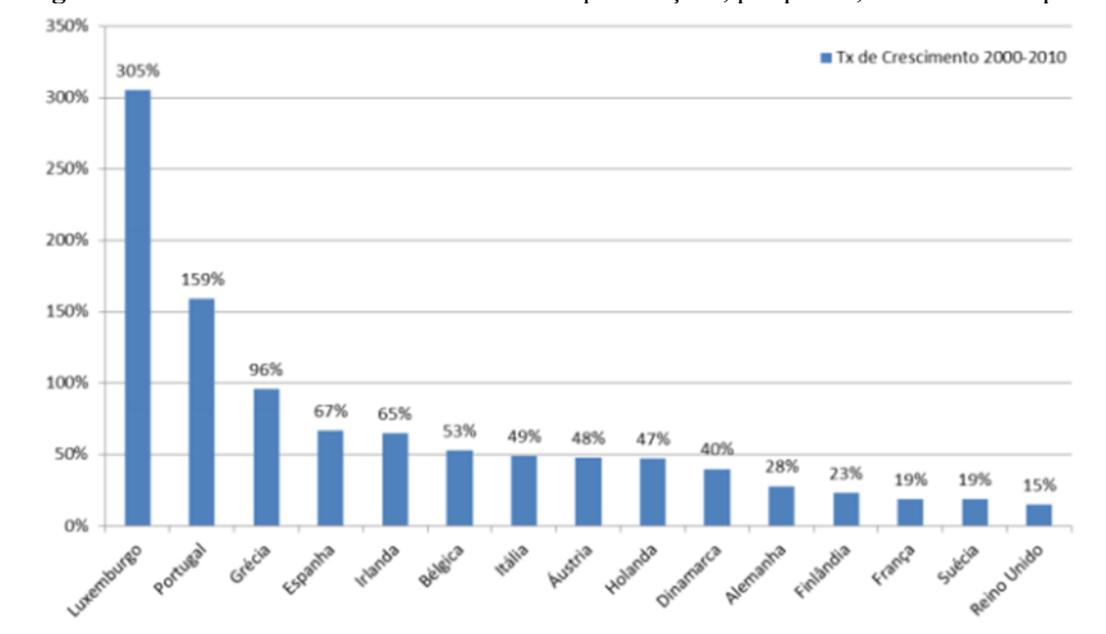
⁴RepositóriUM:<https://repositorium.sdum.uminho.pt>



Fonte: (SARAIVA et al.,2012, p.2)

Entretanto, a partir de 2002, percebe-se um esforço político do Estado português bastante expressivo para modernizar o seu sistema científico, o que resultou em um crescimento substancial na produção científica portuguesa no período de 2000 a 2010, conforme destacado na figura 2:

Figura 2 – Taxa de crescimento do número de publicações, por países, da União Europeia.

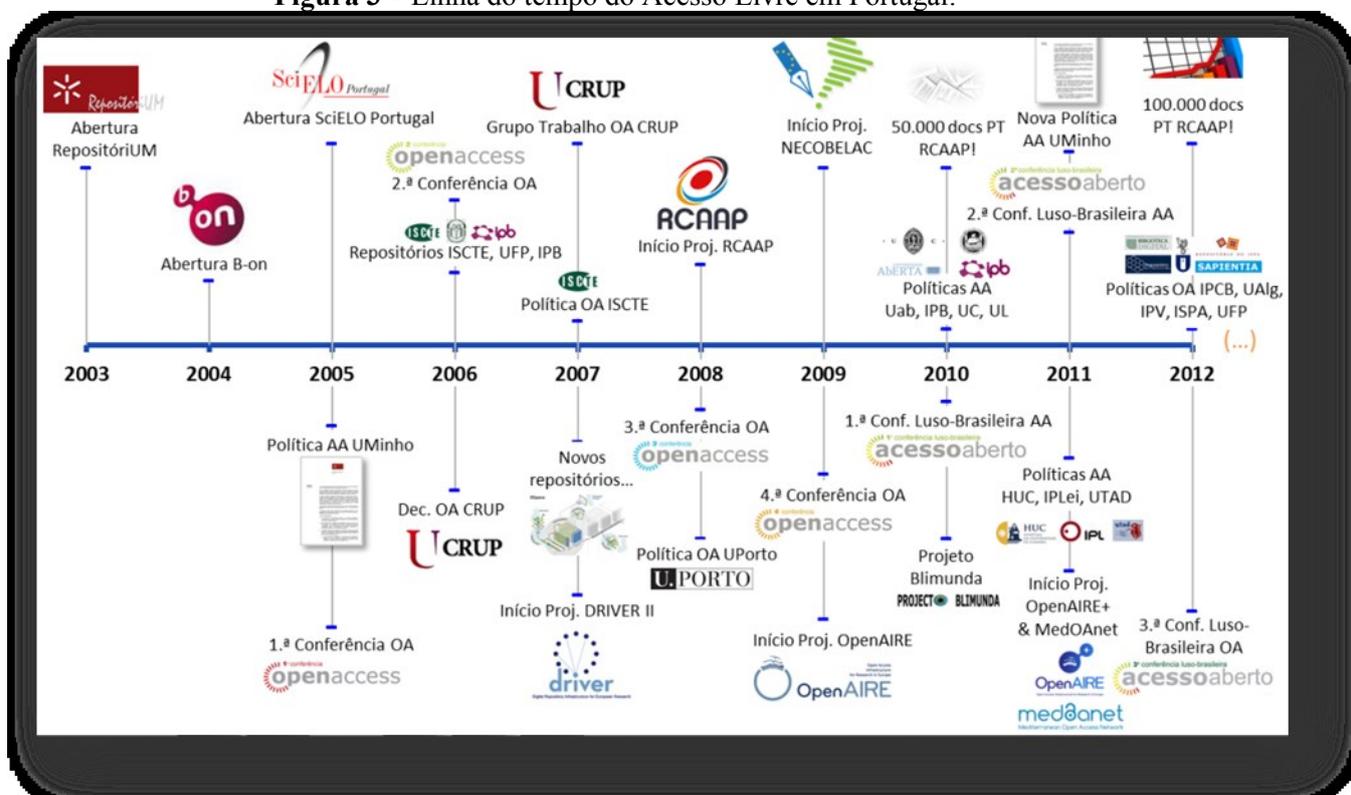


Fonte: (SARAIVA et. al., 2012, p.2)

Os dados apresentados na figura 2 mostram que Portugal teve um aumento de 159% nas suas publicações científicas entre o período de 2000 a 2010, perdendo apenas para Luxemburgo 305%; um fato que comprova o satisfatório investimento do Estado português nas políticas de informação científica. (SARAIVA et al., 2012, p.2)

A figura 3 apresenta a linha do tempo que retrata cronologicamente todas as iniciativas do Acesso Livre em Portugal, desde sua criação em 2003, no lançamento do Repositório Institucional da Universidade do Minho, até 2012.

Figura 3 – Linha do tempo do Acesso Livre em Portugal.



Fonte: (SARAIVA et al., 2012, p.2)

É importante ressaltar que, concomitantemente às políticas do acesso livre implantadas em Portugal a partir da criação do RepositórioUM, em 2003, outras iniciativas de acesso à informação científica foram gradativamente sendo desenvolvidas em Portugal. Dentre elas está a Biblioteca do Conhecimento *On-line* (B-on)⁵, implantada em 2004, serviço que dá acesso ilimitado aos textos completos de milhares de artigos de periódicos oriundos de revistas de acesso fechado e *ebooks* que necessitam de assinaturas com as editoras.

⁵B-on: <http://www.b-on.pt>

Em 2005 é lançado o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) em Portugal, com o objetivo de divulgar os artigos científicos portugueses de diversas áreas do conhecimento. Nesse mesmo ano, foram divulgados a política de *copyright* e o autoarquivamento da Universidade do Minho⁶ e realizada a 1ª Conferência *Open Access*,⁷ que aconteceu em maio de 2005, na Universidade do Minho, considerada um marco para o desenvolvimento do acesso livre em Portugal.

O ano de 2006 foi emblemático, pois mudou completamente o acesso livre em todo o país. O Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) manifestou o seu apoio e adesão aos princípios do Acesso Livre, denominado por eles, reitores, de Acesso Aberto à Literatura Científica. A partir da assinatura dos portugueses à Declaração de Berlim foi que, segundo Carvalho et al. (2010, p.128), surgiu a recomendação de que todas as universidades portuguesas deveriam criar seus repositórios institucionais e que também definissem suas políticas. Além disso, aconteceu nesse mesmo ano a 2ª Conferência sobre *Open Access* e, concomitantemente, o lançamento de seis repositórios institucionais.

Em 2007 cria-se um grupo de trabalho sobre OA em Portugal que se apoiou na Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) a fim de conceber novos repositórios. Nesse mesmo ano, novos repositórios foram lançados em Portugal, inicia-se o Projeto DRIVER II⁸ e é estabelecida a política de acesso livre do ISCTE, do Instituto Universitário de Lisboa.

Em 2008 surge o Projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), que tem por objetivo armazenar, agregar e indexar todos os conteúdos científicos em acesso livre existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior e em outras organizações de pesquisa. Nesse mesmo período aconteceu a 3ª Conferência de OA em Portugal e foi criada a Política de Acesso Livre da Universidade do Porto.

Em 2009 se iniciam os projetos NECOBELAC⁹ e OpenAIRE¹⁰ e acontece a 4ª Conferência de OA de Portugal. E em 2010, Portugal alcança 50.000 documentos depositados nos repositórios institucionais vinculados ao RCAAP. Novas políticas de OA são lançadas pelas universidades; ocorre a 1ª Conferência Luso-Brasileira sobre o Acesso Aberto realizada

⁶Política de *copyright* e autoarquivamento da Universidade do Minho:
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/copyright/html/index.htm>

⁷ 1ª Conferência de *Open Access*: <http://www.facebook.com/video/video.php?v=1354004943513>

⁸ Projeto DRIVER II: http://openaccess.sdum.uminho.pt/?page_id=222

⁹ NECOBELAC: <http://www.necobelac.eu/pt>

¹⁰ OpenAIRE: <http://www.openaire.eu/pt>

em Portugal, na Universidade de Coimbra. É criado o Projeto BLIMUNDA, uma iniciativa financiada e apoiada pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), com desenvolvimento na Divisão de Documentação e Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Esse projeto visa a levantar as políticas das editoras e revistas científicas portuguesas para o autoarquivamento em repositórios institucionais.

Em 2011, a Universidade do Minho lança uma nova política de acesso aberto; acontece a 2ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, realizada no Brasil, no IBICT; novas políticas de acesso aberto são lançadas; e se inicia uma nova fase do Projeto OpenAIRE associado ao Mediterranean Open Access Network (Med@net)¹¹, um projeto com a participação de seis países do Mediterrâneo: Grécia, Turquia, Itália, França, Espanha e Portugal, visando à elaboração de novas estratégias de políticas de *open access* nesses países.

Em 2012, o país alcança 100.000 documentos disponíveis em acesso livre nos repositórios institucionais portugueses; novas políticas são lançadas provenientes de outras instituições de ensino e pesquisa; e acontece a 3ª Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto, realizada em Portugal, na Universidade de Lisboa.

Nos dias atuais, quase cinco anos após a inauguração da plataforma RCAAP, o país conta com 36 repositórios institucionais e aproximadamente 116.943 documentos depositados. Com certeza, esse aumento se deve à criação do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)¹², o grande incentivador para o crescimento e a expansão dos repositórios portugueses. Conforme descrito no próprio *site* do RCAAP, este é um “portal agregador (metarrepositório) que reúne a descrição (metadados) dos documentos depositados nos vários repositórios institucionais em Portugal”.

O sucesso da plataforma RCAAP se deve principalmente ao desenvolvimento do suporte tecnológico denominado Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI), disponível a qualquer instituição do sistema científico e do ensino superior de Portugal para o alojamento do seu repositório institucional. Este sistema utiliza o *software* de gerenciamento de repositórios DSpace, que possibilita a preservação da identidade de cada instituição, que pode personalizar a imagem do repositório e implementar as configurações e parametrizações que considere adequadas à sua estrutura organizacional e às suas políticas institucionais. Esse serviço oferece às instituições todo tipo de infraestrutura, desde

¹¹ Med@net: <http://www.medoanet.eu>

¹² RCAAP: <http://www.rcaap.pt>

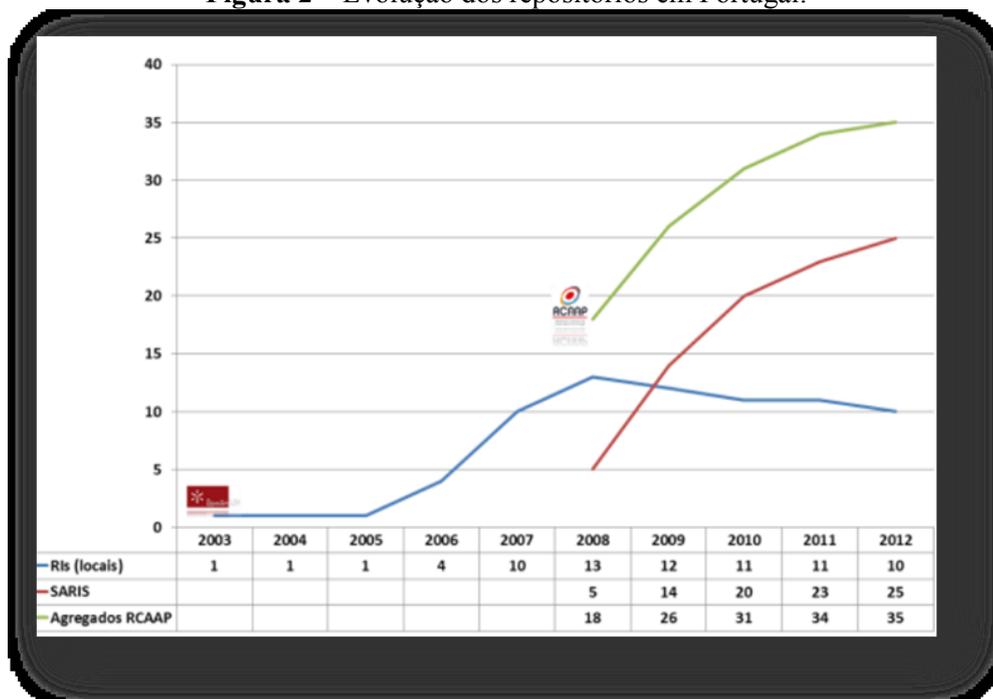
[...] *hardware*, alojamento, conectividade, sistemas-base, aplicações, segurança perimétrica, serviço de *backups*, monitorização e alarmística, cuja gestão e operação são feitas pela equipe do projeto. Adicionalmente, o SARI disponibiliza cópias de segurança dos conteúdos depositados nos repositórios e um serviço de apoio (*help desk*). A operação e gestão de cada repositório são da responsabilidade da instituição a que este está associado. (RODRIGUES, 2009, p.9-10)

O Serviço SARI é considerado por Carvalho et al. (2010, p. 132) “o serviço mais emblemático do Projeto RCAAP, pois viabiliza tecnicamente a criação de repositórios para aquelas instituições que não possuem recursos ou *know-how* para criar e manter o seu próprio repositório”.

Segundo esses mesmos autores, “[...] o objetivo deste serviço era disponibilizar às instituições de ensino e investigação um repositório institucional em regime *Software as a Service*, conhecido na gíria das tecnologias de informação como SaaS”. (CARVALHO et al., 2010, p. 132)

A figura 4 destaca a evolução do crescimento dos repositórios institucionais portugueses no período de 2003 a 2012.

Figura 2 – Evolução dos repositórios em Portugal.



Fonte: (SARAIVA et al, 2012, p.2)

É importante observar que até 2007 os repositórios existiam localmente e que, só após a criação do RCAAP, consequentemente do serviço SARI, os repositórios começaram a migrar para o Sistema SARI e a se agregarem à plataforma RCAAP.

Desde o início da sua criação o RCAAP mostrou-se voltado para a adoção de padrões e normas internacionais. Assim, implementou diretrizes DRIVER 2.0¹³, direcionadas a gestores e administradores de repositórios sobre como dispor de recursos científicos digitais utilizando o protocolo OAI-PMH¹⁴ e o metadados Dublin Core¹⁵, que possibilita a interoperabilidade por meio da homogeneização das saídas *output* dos repositórios DRIVER 2.0.

A adesão e o crescimento das ações da plataforma RCAAP foram tamanhos que, em 2009, sentiu-se a necessidade de lançar uma nova versão do Portal RCAAP com novas funcionalidades agregadas, tais como:

[...] a indexação do texto integral dos documentos dos repositórios agregados e a capacidade *data provider* OAI que permite que os conteúdos do portal sejam recolhidos e agregados por outros serviços (por exemplo, de iniciativas internacionais) e [...] a integração de dois sistemas externos, o portal de pesquisa da B-on¹⁶ e o Sistema de Currículo DeGóis¹⁷. (CARVALHO et al., 2010, p. 135)

Nessa mesma época, os esforços foram também direcionados para a sua divulgação por meio de diferentes procedimentos de *marketing*, desde os tradicionais, como distribuição de *folders*, palestras nacionais e internacionais, cursos etc., até divulgação em *blog*, *twitter* e *facebook* da RCAAP, o que repercutiu satisfatoriamente no país e no mundo. Foi nesse período que se criou o Repositório Comum¹⁸ para alojar as publicações oriundas de instituições que não possuem condições para criar seus repositórios. E criou-se o serviço de *help desk* via correio eletrônico e telefone que, segundo Carvalho et al. (2010, p. 144), “[...] dá apoio aos administradores de repositórios na gestão e manutenção do seu sistema, permitindo uniformizar práticas, aconselhar e resolver problemas”.

Em consulta recente no Ranking Web of World Repositories¹⁹ observa-se que o repositório da Universidade do Minho é o que tem maior visibilidade na Web, se comparado com outros repositórios portugueses. Além disso, está bem colocado internacionalmente, ficando entre os 23 repositórios institucionais com maior visibilidade no mundo.

¹³ Diretrizes DRIVER 2.0: http://www.driver-support.eu/documents/DRIVER_Guidelines_v2_Final_PT.pdf

¹⁴ Protocolo OAI-PMH: <http://pt.wikipedia.org/wiki/OAI-PMH>

¹⁵ Metadados Dublin Core: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dublin_Core

¹⁶ B-on: <http://www.b-on.pt>

¹⁷ DeGóis: <http://www.dgois.pt>

¹⁸ Repositório Comum: Este é um repositório que aloja as informações órfãs, ou seja daquelas instituições que ainda não possuem repositórios.

¹⁹ Ranking Web of World Repositories: <http://repositories.webometrics.info>

2 O ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA EM SAÚDE NO BRASIL

Dentre os repositórios institucionais na área da saúde existentes no Brasil destaca-se, como precursor, o ARCA, Repositório Institucional da Fiocruz²⁰, criado em 2007 e mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT)²¹, unidade técnico-científica da Fiocruz atuante na área de ensino e pesquisa, responsável por desenvolver estratégias e executar ações para ampliar o campo da comunicação e informação científica em saúde.

O ARCA foi concebido especialmente para divulgar a produção intelectual da Fiocruz e é considerado o primeiro repositório na área da saúde lançado no Brasil. Tem por objetivo, conforme mencionado no próprio *site*, “dar visibilidade à produção técnico-científica da instituição, representando parte significativa do esforço da pesquisa pública em saúde no Brasil”.

Figura 5 – ARCA – Repositório Institucional da Fiocruz.



Fonte: (ARCA, 2013): <<http://www.arca.fiocruz.br>>

Este repositório conta, atualmente, com a participação de todos os centros, institutos e a editora da Fiocruz, alcançando, em maio de 2013, um total de 4.637 títulos em acesso livre, distribuídos em diferentes tipologias, tais como: artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações e teses, vídeos, livros, manuais, relatórios, trabalhos de conclusão de curso (TCC), além de alguns artigos da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS²²).

²⁰ Arca: <http://www.arca.fiocruz.br>

²¹ ICICT: <http://www.icict.fiocruz.br>

²² RECIIS: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br>

No Brasil, conta-se, ainda, com a iniciativa da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz, que se alinhou ao Movimento Internacional de Acesso Livre ao Conhecimento em 2011 e em setembro de 2012 assinou a portaria que estabelece sua Política Institucional de Acesso Aberto ao Conhecimento, lançando ao mesmo tempo o Repositório de Produção Científica da ENSP. Nesse momento, a ENSP tornou-se a primeira instituição de ensino e pesquisa brasileira, na área da saúde, a possuir uma política mandatória de acesso livre, o que a coloca junto às instituições de pesquisa que defendem, em todo o mundo, o livre acesso ao conhecimento científico.

No que diz respeito à formulação de políticas de informação em saúde no Brasil, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT), criado em 1986, tem papel expressivo no âmbito da Fiocruz²³, instituição do Ministério da Saúde reconhecida como a que muito contribui para essa formulação políticas médicas no país.

Outra instituição de vital importância para a divulgação do conhecimento em saúde na América Latina e no Brasil é o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).²⁴ Em 1998, esta instituição se voltou para a construção e desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como um espaço comum de convergência do trabalho cooperativo de produtores, intermediários e usuários de informação.

Outra iniciativa de igual importância das BVS, do ponto de vista ao acesso à informação científica em saúde, é o Scientific Electronic Library Online (SciELO)²⁵, fruto de projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o BIREME e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, embora não seja um repositório institucional, é uma biblioteca eletrônica que contém em seu acervo uma coleção de periódicos científicos da área da saúde e correlatos que disponibiliza seus artigos gratuitamente em texto integral para todas as pessoas interessadas e, por essa razão, é uma iniciativa de acesso livre à informação científica que merece ser destacada.

3 PESQUISA EXPLORATÓRIA DA REALIDADE DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE EM PORTUGAL

Na época em que essa pesquisa foi realizada, Portugal sofria os reflexos da crise econômica institucionalizada em quase toda a Europa. A União Europeia (EU) havia

²³ Fiocruz: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/home>

²⁴ BIREME: <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

²⁵ SciELO: <http://www.scielo.org>

implantado um conjunto de medidas econômicas anticrise, divulgado em 27 de outubro de 2011, estabelecendo um pacto fiscal, na tentativa de garantir o equilíbrio das contas públicas em todos os países em crise na UE. Esse pronunciamento gerou diversas consequências em Portugal, desde a redução do salário dos funcionários públicos até o acréscimo de impostos, o que causou um aumento de 15% no desemprego em todo o país.

A redução dos recursos humanos e de investimentos de toda ordem vem repercutindo na expansão e melhoria dos repositórios institucionais em Portugal. De qualquer maneira, os RIs estão sobrevivendo à crise e continuam crescendo de maneira lenta, gradativa e satisfatória.

A pesquisa de campo ocorreu entre abril e julho de 2012, período em que foram realizadas as entrevistas com 16 gestores de 17 repositórios institucionais, com um deles responsável por dois repositórios ao mesmo tempo. É importante ressaltar que todos os repositórios institucionais pesquisados fazem parte do conjunto de RIs do portal Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

O RCAAP é uma iniciativa da Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), do Ministério da Educação e Cultura Português, e foi desenvolvido e executado pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), que disponibiliza toda documentação e informação relativas às políticas portuguesas de acesso livre. Foi um dos projetos por eles criados em 2008 que possibilitou o crescimento dos RIs portugueses. Em 2005 só existia apenas o RepositóriUM da Universidade do Minho. Em 2010, o país já contava com 31 repositórios institucionais, incluindo todas as universidades públicas, colocando Portugal na linha da frente do movimento de criação de repositórios na União Europeia. (UMIC, 2013)

Os repositórios institucionais portugueses analisados pertencem a hospitais públicos e a universidades públicas e privadas que oferecem cursos de graduação e pós-graduação na área das ciências da saúde. O quadro 1 apresenta o universo dos repositórios, ligados à área da saúde, que fizeram parte da pesquisa, destacando-os por tipo e natureza (público ou privado).

Quadro 1 – Apresentação dos repositórios por tipo e natureza.

Nome das Instituições	Universidade e Instituto de Pesquisa	Hospital	Público	Privado
Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa	X			X
Repositório Digital da Universidade de Coimbra	X		X	

Repositório Aberto da Universidade Aberta	X			X
Repositório Aberto da Universidade do Porto	X		X	
Repositório Científico da Universidade de Évora	X		X	
Repositório da Universidade de Lisboa	X		X	
Repositório da Universidade Católica Portuguesa	X			X
Repositório da Universidade Nova de Lisboa	X		X	
Repositório da Universidade do Minho	X		X	
Repositório Institucional da Universidade de Aveiro			X	
Repositório do Instituto Gulbenkian de Ciência				X
Repositório Científico do Centro Hospitalar do Porto		X	X	
Repositório Científico do Instituto Nacional de Saúde		X	X	
Repositório do Centro Hospitalar de Lisboa Central		X	X	
Repositório do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca		X	X	
Repositório do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra		X	X	
Repositório do Hospital de Braga		X	X	

Fonte: (RCAAP, 2012): <<http://www.rcaap.pt/directory.jsp>>

Observa-se que, nos RIs de universidades, que totalizam 10 repositórios, 3, ou seja 30%, são privados e 7 deles, 70%, públicos. No que se refere à instituição de pesquisa, a única escolhida, o Instituto Gulbenkian de Ciência, é privada. É importante destacar que o repositório desse instituto foi o único incluído no grupo de universidades porque, apesar de não estar vinculado diretamente a uma universidade, é uma instituição de pesquisa que possui cursos de pós-graduação e atividades acadêmicas na área da saúde. No que diz respeito aos RIs de hospitais, 100% são instituições públicas vinculadas ao governo.

A maioria dos repositórios institucionais portugueses analisados pertence a instituições públicas. Por outro lado, as instituições privadas, embora em menor quantidade, podem usufruir dos mesmos privilégios oferecidos pelo Estado, ou seja, têm a mesma oportunidade de participar do RCAAP que as instituições públicas.

Foram utilizados dois caminhos para a coleta de dados. O primeiro, por meio da observação dos dados disponíveis no *site* do RCAAP, e o segundo, por intermédio da aplicação de um questionário contendo perguntas semiestruturadas aos gestores dos repositórios selecionados.

Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário com questões semiestruturadas agrupadas em quatro dimensões: a) atores/humanos; b) artefatos/infraestrutura; c) dispositivos/políticas; e d) ações/diretrizes – aos 17 gestores de repositórios da área da saúde. Dimensões estas que nos ajudaram a compreender as políticas de informação dos repositórios institucionais portugueses da área da saúde, viabilizando identificar elementos que pudessem servir de referência para a construção, desenvolvimento e manutenção de repositórios institucionais no Brasil. Elementos esses arrolados nas Considerações Finais, a seguir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados alcançados na pesquisa, vários são os que trazem contribuições para o nosso país. A criação do RCAAP, que ao nosso entender, foi a ação política de infraestrutura da maior importância, que conseguiu viabilizar a criação e a continuidade das ações dos RIs em Portugal. Seus gestores estabeleceram um pacote político que viabilizou a interoperabilidade dos dados entre os RIs institucionais a ele vinculados, o que incluiu: a adoção do DSpace como programa oficial para o gerenciamento dos RIs; a utilização dos padrões Dublin Core, OAI-PMH e do formato PDF ou PDF/A, para a interoperabilidade dos documentos depositados nos RIs e o tratamento dos dados, visando à preservação digital da informação.

Dentre todas as ações estabelecidas pelo RCAAP, a mais importante foi a do Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI). Esse serviço possibilita o compartilhamento do DSpace com os repositórios vinculados ao RCAAP, dando-lhes toda infraestrutura necessária para o gerenciamento, manutenção e atualização dos dados, sem qualquer custo. Tal política, se por um lado centraliza o poder em uma única instituição, o que de certa forma não agrada a algumas instituições, pois lhes tira a autonomia, por outro lado oferece, à maioria delas, condições de conduzirem seus repositórios em alto padrão de qualidade e manutenção.

No nosso entendimento, essa foi a grande estratégia da RCAAP, que conseguiu, por meio do SARI, ter vinculados a ele diversos repositórios institucionais, 1 repositório comum, 1 de teses e dissertações e 24 revistas e anais de encontros, até início de 2013.

São várias as políticas adotadas pelos RIs portugueses: a adoção das diretrizes DRIVER, direcionadas a gestores e administradores de repositórios, que possibilitou a interoperabilidade dos dados entre os repositórios portugueses e europeus; e as diretrizes OpenAIRE, implantadas para orientar autores/pesquisadores financiados pelas principais agências de fomento à pesquisa na Europa a que depositem os resultados das suas pesquisas em RIs. Observamos que tanto os pesquisadores como os gestores de RIs portugueses estão totalmente alinhados a essas duas políticas, o que facilita a gestão da informação e a inclusão de seus RIs no cenário europeu.

Dessa forma, as ações procedidas nos apresentam a importância da atuante participação das agências de fomento na formulação de políticas de acesso livre à informação científica. Sem dúvida, essa é uma das posturas que o Brasil se ressentiu de não ter. As agências de fomento brasileiras são extremamente competentes com as suas agendas de trabalho, porém ainda não foram municiadas por parte dos setores interessados para que tenham a percepção do importante papel que poderiam estar desempenhando, em prol da ciência, se adotassem as políticas OpenAire no Brasil.

A satisfação geral dos gestores de RIs analisados com a alta velocidade da Internet veio demonstrar o quanto foi positiva a política de infraestrutura de informação do Estado português ao implantar, em todo o país, uma rede de acesso à internet de altíssima qualidade.

O RCAAP, de acordo com as suas políticas, é o agregador dos repositórios institucionais portugueses. Assim, possibilita aos seus usuários realizar uma única busca no seu *site* e recuperar a informação que está distribuída em todos os repositórios e revistas a ele vinculados. Essa política é por nós considerada uma estratégia bastante interessante, pois concentra todo o conhecimento científico do país em um só lugar, facilitando a consulta do usuário. E mais, coloca o Portal RCAAP na categoria de metarrepositório.

Portanto, vimos que os profissionais da área de biblioteconomia em Portugal assumem um papel atuante e de responsabilidade com as atividades relativas ao acesso livre à informação científica, sendo eles os profissionais especializados em tratamento e organização da informação científica. Daí se percebe, claramente, que o que nos falta é um maior envolvimento do bibliotecário brasileiro no processo de gestão dos RIs. A inserção desse tema nas disciplinas de graduação dos cursos de biblioteconomia talvez sirva de base para que esses profissionais sejam mais ativos nessas atividades de gestão.

Por outro lado, não basta apenas a capacitação de recursos humanos, pois há de existir uma infraestrutura tecnológica sólida que dê sustentação técnica ao processo de gestão, o que se mostrou primordial no caso dos RIs portugueses. A infraestrutura de acesso à internet para

atender à gestão dos RIs é de alta qualidade em Portugal, mas foi por meio do Sistema SARI, a nosso ver, que se configurou tecnicamente a rede de repositórios institucionais do RCAAP. Os gestores brasileiros precisam pensar em uma forma mais eficiente que atenda à necessidade de infraestrutura tecnológica dos RIs brasileiros. O exemplo português com o Sistema SARI é uma possibilidade, mas, para que isso aconteça por aqui, são necessárias políticas de informação que se dediquem ao acesso livre dos repositórios institucionais.

No caso Português, as políticas adotadas deram sustentação legal e gerencial, e viabilizaram o sucesso dos RIs naquele país. As questões relativas à gestão de propriedade intelectual são um forte impedimento para o acesso livre dos RIs brasileiros. No caso português esse fato é bem contornado, pois a lei de direitos autorais portuguesa permite a cópia para uso pessoal sem fins lucrativos. No Brasil, isso não é possível, porque se obriga a uma gestão da propriedade intelectual de maneira mais cuidadosa, para que não se infrinja a lei.

O envolvimento das agências de fomento, como parceiras na criação de políticas que favoreçam o acesso livre, é um ponto de grande relevância. Em Portugal, assim como em todos os países da Comunidade Econômica Europeia, as agências de fomento à pesquisa têm um papel atuante nas políticas de acesso livre. No que toca ao Brasil, isso não ocorre. Essa dificuldade poderia ser contornada se houvesse uma pressão da parte da comunidade científica brasileira. Percebe-se, no entanto, que as iniciativas realizadas no Brasil em prol do acesso livre são decorrentes de algumas instituições estatais. Ressentimo-nos de uma maior adesão e envolvimento da comunidade científica, no que se refere ao acesso livre. Ela poderia pressionar as autoridades e os gestores a mudarem o sistema de avaliação e acesso à comunicação científica em nosso país.

Ficou evidente, no fechamento desse trabalho, que a experiência bem-sucedida portuguesa de construção de repositórios institucionais traz contribuições relevantes, para os gestores e dirigentes de instituições que apoiam o acesso livre no Brasil as quais foram arroladas nesta apresentação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José; MOREIRA, João Mendes; RODRIGUES, Eloy; SARAIVA, Ricardo. O repositório científico de acesso aberto de Portugal: origem, evolução e desafios. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia, (Org.). Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11235>> Acesso em: 01 de jun, de 2013.
PINTO, Evelyn Cristina. Repensando os commons na comunicação científica. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo – USP, São

Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45134/tde-07052007-092617/pt-br.php>>. Acesso em: 01 jun, 2013.

RODRIGUES, Eloy. Kit de Políticas *Open Access*. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. (2009) Disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=startdown&id=97&lang=pt> Acesso em: 01 de jun, de 2013.

ROSA, Flávia Garcia; GOMES, Maria João. Coordenadores de comunidades de repositórios institucionais: o caso do repositóriUm Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf. Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/16591/15765>> Acesso em: 01 jun, 2013.

SARAIVA, Ricardo; RODRIGUES, Eloy; PRÍNCIPE, Pedro; CARVALHO, José; BOAVIDA, Clara. Acesso Aberto à literatura científica em Portugal: o passado, o presente e o futuro. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentaristas (2012). Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/20542/1/476-1284-1-PB.pdf>> Acesso em: 01 jun, 2013.